



REGISTAR-SE, PUBLICAR
E ESPERAR-SE
24.10.2003
Rosa Beirão
Ally

REQUERIMENTO nº 33 /IX/ 2ª - AC

Sobre a permanência da SECIL na Arrábida

1. A questão da permanência da SECIL na Arrábida exige urgente clarificação por parte do Governo.

O tema foi discutido em sessão de perguntas ao Governo realizada no dia 24 de Maio de 2002 (Diário da AR, I série, nº 14, p. 0530). A deputada perguntante, sintetizando críticas de múltiplos sectores, referiu concretamente::

“O estado em que a SECIL tem deixado a Arrábida ao longo dos anos, com a exploração das pedreiras, que abrem verdadeiras crateras por entre uma riqueza de biodiversidade, é um espectáculo deplorável e confrangedor. Hoje, percebe-se que se trata de uma perda irreparável a vários níveis. Hoje, percebe-se que não há plano de reflorestação, de recuperação paisagística que, pelas características da exploração por socalcos, consiga reconstituir, pelo menos, alguma harmonia paisagística naquela serra.

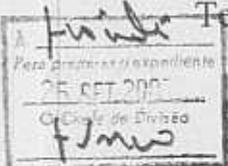
A actividade da SECIL, com a extracção de inertes, tem constituído o maior foco de degradação do Parque Natural da Arrábida.

É verdade que a SECIL está instalada naquela área desde os anos 40 e que a Arrábida só foi classificada em 1976. A empresa já lá estava em actividade. Pois sim, mas a intensidade da sua exploração é hoje incomparável, porque muito maior e muito mais agressiva, até nos métodos de extracção da pedra. Para além disso, a partir do momento em que a área foi classificada, deveria ter-se repensado a estratégia de laboração e de permanência da SECIL na Arrábida, com vista à preservação e à valorização do Parque Natural.”

Aludindo a erros de gestão praticados ao longo dos anos, exemplificou:

“Na segunda metade da década de 80, o governo do PSD cometeu um dos maiores erros relativamente a esta questão. Procedeu à revisão do contrato de exploração com a SECIL, tendo aumentado a cota e a área de exploração, estabelecendo que o limite temporal da actividade da empresa apenas estaria condicionado ao ritmo e à intensidade de exploração. De acordo com os cálculos da própria SECIL, a empresa poderá continuar a exploração por mais 40 anos, ao ritmo actual, a contar do início do novo século”

Em réplica, o então Secretário de Estado Adjunto e do Ordenamento do Território, Ferreira de Almeida, enunciou a seguinte posição:





“- Em primeiro lugar, o Governo pretende acelerar o processo de recuperação paisagística das zonas ocupadas pela via húmida, acelerando o processo de desmantelamento de instalações, localizadas junto aos planos de água, que já não operam.

- Em segundo lugar, o Governo pretende acompanhar e apoiar a aceleração dos processos de recuperação paisagística das pedreiras.

- O Governo pretende, ainda, negociar com a SECIL no sentido de uma clara definição do plano de operação”.

O mesmo membro do Governo revelou, por fim:

“Fui encontrar um estudo, elaborado pela Universidade Nova, que aponta para que, ao ritmo actual de exploração das pedreiras, o prazo de operação será de 20 anos. Assim, em conjunto com a SECIL, vamos procurar encontrar os meios para, pelo menos, fixar em 20 anos o prazo de exploração das pedreiras.

No entanto, também temos a intenção de valorizar o Parque Natural e posso anunciar desde já que a intenção do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente é a de acelerar os trabalhos de alargamento do Parque a outras zonas com as mesmas características ambientais, com os mesmos valores naturais geomorfológicos, por forma a proteger outras áreas com características idênticas”.

Durante o debate que se seguiu, os Deputados Hasse Ferreira e Alberto Antunes lembraram que durante a campanha eleitoral, o PS propusera o estabelecimento de um pacto entre todos os partidos para a negociação da cessação da unidade cimenteira da SECIL no Parque Natural da Arrábida, compromisso esse apoiado num debate público na rádio, em Azeitão, para todo o distrito, pelo cabeça de lista do PSD, Miguel Frاسquilho.

Tal posição foi corroborada pela Deputada Isabel Gonçalves (PP), nos seguintes termos:

“Já aqui foi dito que quer o PS, quer o PSD, quer o CDS-PP chegaram a um compromisso, em época eleitoral, e todos entenderam que a SECIL deve sair da Arrábida, em virtude da futura candidatura da serra da Arrábida à lista de património mundial. A nossa pergunta, muito concreta, e para que fiquemos sem dúvidas - sendo que, para já, há uma dúvida que não temos e ficamos satisfeitos pelo compromisso de nos vermos livres da co-incineração no Outão -, é a de saber, na perspectiva de um efectivo desenvolvimento sustentável



para aquela zona, qual é a estratégia do Governo relativamente à existência, e durante quanto tempo, de uma cimenteira num parque natural.”

Na sua intervenção final, o membro do Governo veio a fazer importantes precisões, desde logo quanto aos estudos que apontam para prazos de vida da exploração de pedreiras na ordem dos 40 a 50 anos.

- Em primeiro lugar, afirmou que os estudos mencionados “são da responsabilidade da SECIL, e isso só seria possível se, eventualmente, o Governo consentisse na alteração dos pressupostos do licenciamento da exploração das pedreiras”;

- Seguidamente assumiu enfaticamente o compromisso de não viabilizar qualquer alargamento do prazo de exploração: “Posso aqui garantir, em nome do Governo, que não haverá alteração dos pressupostos de licenciamento do plano de lavra. Como tal, o Governo compromete-se a não autorizar qualquer alteração do aprofundamento além da cota 120, que é a que está licenciada. Os estudos que estão feitos relativamente ao tempo de durabilidade previsível da exploração e, portanto, da própria operação da unidade fabril, têm em atenção estudos da Universidade de Lisboa, que julgo credíveis e que poderão ser confirmados pelo meu excelentíssimo antecessor, os quais apontam para, num ritmo de exploração previsível, em termos do consumo de cimento pelo mercado, prazos da ordem dos 20 anos”.

- Finalmente, enunciou a linha de acção a adoptar futuramente, nos termos seguintes:

“aquilo a que o Governo se compromete é a convencionar com a SECIL - o que não está feito- um prazo final de laboração e um plano claro e eficaz de recuperação do que restar da unidade” . Acrescentou ainda: “o plano de recuperação para os próximos 15 anos, proposto pela SECIL e aprovado pelo Governo, permitirá recuperar boa parte dessa área. Haverá, a partir das negociações que estabeleceremos de imediato com a SECIL, prazos para o desmantelamento das antigas instalações. O Governo, nessa matéria, tem intenções claras no sentido de, não podendo, como é óbvio, «desaparafusar» a fábrica, não podendo retirá-la dali, como todos desejaríamos, pelo menos minorar, e minorar com eficácia, os efeitos negativos que a sua presença e a presença das pedreiras e da respectiva exploração provocam”.

O debate parlamentar deu lugar a tomadas de posição críticas, tendo a assembleia municipal de Setúbal aprovado, os votos favoráveis de todos os



eleitos da CDU, PS e PSD, moção considerando que “as declarações [do SE Ferreira de Almeida] na Assembleia da República revelam conformismo e resignação face a uma situação que requer iniciativa e vontade política para resolver um problema que é reconhecido e premente”. Os eleitos municipais entenderam que a permanência da Secil na Arrábida por mais 20 anos - tempo de vida útil previsto para as pedreiras da Secil ao actual ritmo de exploração - corresponde a "uma perda significativa de biodiversidade e a impactes paisagísticos irreparáveis, já hoje bem visíveis" e sublinharam que “o impacte negativo paisagístico previsível provocado pela actividade da Secil, por mais 20 anos, enfraquece a candidatura da Arrábida a Património Natural Mundial”.

2. Após a demissão da equipa do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente o tema mergulhou num túnel de silêncio e inércia, que culmina agora com uma fase de dúvida e confusão totais.

Momento marcante deste processo estranho foi o anúncio por parte da Quercus, no início de Setembro, de que a Secil possuiria “direitos adquiridos que a permitem explorar ilimitadamente a sua pedreira”. A associação, que declarou publicamente ter obtido tal informação da própria Secil (!) aceitou difundir como base de supostos direitos adquiridos, nebulosas informações de que no processo de privatização da empresa, em 1994, “os concorrentes teriam sido informados de que poderiam explorar, sem limitações, 115 milhões de toneladas de reservas de pedra da Arrábida, para a produção do cimento”.

Ora não é vislumbrável, à luz dos princípios mais elementares do Estado de Direito, que conversas, informações ou declarações eventualmente ocorridas a latere de um processo de privatização possam gerar, contra legem, quaisquer direitos adquiridos. Nem os mesmos foram invocados entre 1994 e o actual momento, sendo a sua revelação uma surpresa absoluta. Ao invés, o que o Governo garantiu ao Parlamento foi precisamente o contrário, invocando – e nesse ponto bem- a necessidade de cumprir limites legais que se propôs respeitar.

Obviamente, a ser levada a sério a súbita descoberta de “direitos adquiridos” a uma exploração alargada, a negociação da cessação de exploração adquiriria feição bem mais gravosa para o Estado e mais vantajosa para a empresa titular.

A perturbação foi agravada por declarações do ainda director do Parque Natural da Arrábida e da Reserva Natural do Estuário do Sado, Celso Santos, que revelou ao JN que “foi pedida [ao Parque] informação sobre a capacidade de funcionamento e nós informámos esse prazo. No entanto, se um plano de



extração vier a ser estabelecido, esse prazo pode ser encurtado". Dito isto, acrescentou que "se houvesse uma imposição governamental para encerramento da fábrica, as indemnizações podiam ir até aos 160 milhões de contos" e questionado sobre se a manutenção da cimenteira pode afectar a classificação da Arrábida como Património Mundial afirmou: "os técnicos da Unesco em breve vêm a Setúbal. Se o envolvimento da Secil for considerado negativo, nem valerá a pena formalizar a candidatura. **Mas a Secil tem direitos adquiridos** e há que ter em conta que a cimenteira tem cumprido os planos de recuperação paisagística, o que é muito importante".

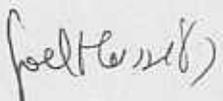
Eis, pois, de súbito, um responsável por serviço público a ecoar o refrão dos direitos adquiridos e a enunciar uma cifra mágica nunca antes ouvida como o preço a pagar para libertar a Arrábida da cimenteira que a mutila.

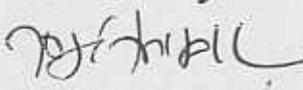
As declarações em causa afiguram-se absolutamente inexplicáveis e injustificáveis, vindas do titular de uma estrutura pública com responsabilidades na gestão de área protegida. Na verdade, a confirmar-se, poderia vir a lesar a capacidade negocial do Estado e a favorecer interesses situados no pólo oposto, função que não cabe a responsáveis públicos e violaria gravemente os seus deveres de imparcialidade e legalidade.

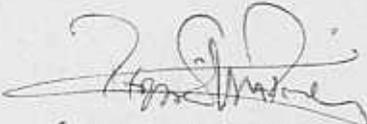
Nestes termos, requeiro ao Governo, através do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente que, com urgência:

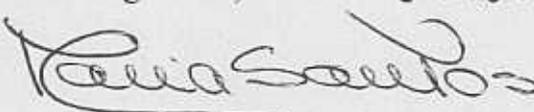
- confirme se quanto à questão supradescrita mantém a posição enunciada em seu nome perante o Parlamento nos termos atrás citados;
- me forneça cópia integral dos pareceres elaborados pelo PNA sobre o tema, em especial os referidos ao JN pelo Director;
- tome as medidas necessárias para apurar as razões que levaram o director do PNA a fazer as declarações citadas, extraindo daí todas as consequências adequadas;
- informe sobre se há ou não diligências em curso para negociar com a SECIL a solução que reúne amplo consenso local e parlamentar, por forma a proteger devidamente a Arrábida.

Os Deputados


(JOEL HASSE
FERREIRA)


(José Magalhães)


(PEDRO SILVA PEREIRA)


(MARIA SANTOS)